

PEDIDO DE ISENÇÃO PARCIAL PARA EFEITOS DE QUITAÇÃO DO VALOR DE IMI

Despacho

Registo de Entrada

NIPG:
Data:
Processo nº:
O Funcionário
.....

A Identificação

01 Nome:
02 Morada:
03 Freguesia: 04 Código Postal:
05 NIF / NIPC: 06 N.º de Identificação Civil: 07 Validade:
08 Telefone: 09 Telemóvel: 10 Fax:
11 Email:

B Exposição do Pedido

Vem requerer a V.ª Ex.ª isenção parcial para efeitos de quitação do valor de IMI, considerando que:

- Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é prevista a atribuição de uma isenção parcial de 10 % no Imposto Municipal sobre Imóveis aos imóveis ou fracções classificados com eficiência energética da classe A e A+, sendo a isenção parcial aplicável ao respectivo valor patrimonial;

Vem, na qualidade de proprietário do imóvel sito em,
freguesia de, descrito na Conservatória sob o n.º, com o artigo
matricial n.º, classificado ao abrigo do Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar interior com
classe A/A+ (manter apenas a opção aplicável), conforme se comprova pelo certificado energético anexo, solicitar que lhe
seja atribuída esta isenção para efeitos de quitação do valor de IMI.

C Informação/Consentimento

O Município de Odemira, enquanto responsável pelo tratamento, informa que os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para o fim presente neste formulário.
Os titulares dos dados podem exercer, por escrito, os seus direitos previstos no art. 13º do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, designadamente: direito de informação, acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição e de ser informado em caso de violações de segurança.
Para mais informações contacte: protecao.dados@cm-odemira.pt, Município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira, Tel. 283 320 900 ou consulte a política de privacidade em www.cm-odemira.pt.
De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, os elementos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso, salvaguardando os dados pessoais, a todos aqueles que o solicitarem.

D

Pedido de Deferimento

01 O Requerente: 02 Data:

Ao assinar este documento, declaro para o devido efeito, sob compromisso de honra, que na instrução do presente pedido todos os dados são verdadeiros, nada tendo omitido.

E

Documentação a Apresentar

01 Certificado Energético do imóvel

02 Comprovativo de que o certificado energético corresponde ao artigo matricial